

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL PARA PERITO CONTÁBIL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O examinando receberá do fiscal o seguinte material:

a) este Caderno, com os enunciados das 25 (vinte e cinco) questões objetivas e das 2 (duas) questões dissertativas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

QUESTÕES OBJETIVAS		QUESTÕES DISSERTATIVAS	
Questões	Pontos por questão	Questões	Pontos por questão
1 a 25	2,0 cada	26 e 27	25,0 cada
Total: 50,0 pontos		Total: 50,0 pontos	
TOTAL: 100,0 pontos			

b) um **Caderno de Respostas** para o desenvolvimento das questões dissertativas, grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às marcações das respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

Obs.: O material desenvolvido nas folhas de rascunhos não será levado em consideração para a correção das provas.

02 - O examinando deve verificar se este material contém todas as folhas, se está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o examinando deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, à **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, à **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O examinando deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao examinando, já estiver danificado.

06 - Imediatamente após a autorização para o início das provas, o examinando deve conferir se este **CADERNO DE QUESTÕES** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

07 - As questões objetivas e as questões dissertativas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), só uma respondendo adequadamente ao quesito proposto. O examinando só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

09 - **SERÁ ELIMINADO** deste Exame de Qualificação Técnica o examinando que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro examinando;

b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios de qualquer natureza, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas, durante a realização das mesmas, levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA**;

d) se recusar a entregar o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs.: Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de provas somente após **2 (duas) horas** do seu início, sendo também liberada a entrega do **CADERNO DE QUESTÕES** no momento de sua saída.

10 - O examinando deve reservar os **30 (trinta) minutos** finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11 - O examinando deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR** a **LISTA DE PRESENÇA**.

12 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESSAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISSERTATIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**.

13 - As questões e os gabaritos das provas objetivas serão divulgados, no primeiro dia útil seguinte ao da realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

QUESTÕES OBJETIVAS

1

Um arquiteto, pelo seu sucesso profissional, é instado a participar de pessoa jurídica que passa a administrar sua carreira, permitindo que ele se dedique, quase exclusivamente, à elaboração e supervisão de projetos. Diante da complexidade das relações negociais, contrata os serviços de contador indicado por amigos próximos. Após longo período de convivência profissional, sente necessidade de ordenar serviço interno para organizar suas contas. O contador original não aceita tal encargo e repassa os documentos existentes para a pessoa jurídica, sem qualquer especificação quanto a despesas e valores recebidos.

Nos termos do Código de Ética Profissional do Contador, deve o profissional

- (A) repassar documentação sem prestar contas.
- (B) apropriar-se de valores para pagamento de honorários.
- (C) recusar-se a prestar contas, por quebra de confiança.
- (D) indicar perito para resolver a pendência.
- (E) prestar contas dos valores recebidos.

2

Um contador presta serviços para várias pessoas jurídicas, sendo responsável pela contabilidade e pela realização das declarações exigidas por lei para os órgãos de arrecadação tributária. Por força de sua reconhecida técnica, foi convidado para atuar como perito indicado em processo que transita na Comarca X. Em determinado momento, as partes requerem o seu depoimento em audiência.

Nos termos da Lei nº 13.105/2015, de 17/03/2015, deve o perito responder aos denominados quesitos de

- (A) esclarecimentos
- (B) divulgação
- (C) prognósticos
- (D) finalização
- (E) complemento

3

S atua em escritório de Contabilidade e foi nomeado pelo magistrado da Vara Empresarial para analisar as contas de determinada pessoa jurídica, avaliando sua liquidez e capacidade de pagamentos futuros.

Nos termos da Resolução CFC nº 1.640/2021, dentre as atribuições privativas dos profissionais da Contabilidade, está a de prestar assistência contábil nos processos de

- (A) separação judicial
- (B) investigação de paternidade
- (C) anulação de casamento
- (D) recuperação judicial
- (E) declaração de nulidade de marca

4

K foi contratado para assessorar pessoa jurídica de Direito privado na parte contábil e para auxiliar na gerência da mesma, organizando as assembleias exigidas pelo estatuto e pela lei.

Nos termos da Lei nº 10.406/2002, se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria

- (A) absoluta
- (B) de votos dos presentes
- (C) de um terço
- (D) de dois terços
- (E) de votos por correspondência

5

Z é nomeado perito contábil, em litígio envolvendo duas pessoas jurídicas, através de ato de ofício do magistrado que conduz o processo. As duas partes indicam assistentes técnicos, cada qual apontando um contador para atuar na perícia.

Nos termos da Lei nº 13.105/2015, de 17/03/2015, como regra geral, a perícia

- (A) é gratuita.
- (B) deve ter seus custos repartidos.
- (C) impõe antecipação de pagamento pelo autor.
- (D) é encaminhada como despesa do réu.
- (E) terá seu pagamento ao final.

6

As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais. Elas compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.

Quanto aos Comunicados Técnicos, sabe-se que têm por objetivo

- (A) esclarecer a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, definindo parâmetros de atuação do contador, sem alterar a substância dessas normas.
- (B) esclarecer assuntos de natureza contábil, com a definição de procedimentos a serem observados, considerando os interesses da profissão e as demandas da sociedade.
- (C) a convergência com as Normas Internacionais de Asseguração emitidas pela IFAC.
- (D) esclarecer a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, definindo regras e procedimentos a serem aplicados em situações, transações ou atividades específicas, sem alterar a substância dessas normas.
- (E) estabelecer padrões contábeis convergentes com os organismos internacionais que desenvolvem preceitos de conduta profissional e padrões e procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional.

7

Há um documento elaborado pelo auditor-revisado, que deve ser apresentado ao CRE, em que são dispostas as ações que ele irá realizar para sanar as fragilidades apresentadas no relatório de revisão.

Esse documento é denominado

- (A) Revisão pelos pares
- (B) Programa de revisão
- (C) Plano de Ação
- (D) Revisão Recíproca
- (E) Sistema de Controle

8

A condição para uma determinada entidade receber uma subvenção governamental é atingir alguns resultados. O termo de concessão dessa subvenção estabelece que o valor relativo à subvenção governamental não seja distribuído aos acionistas, mesmo após trânsito pela demonstração do resultado, até a efetiva comprovação do atendimento dessa condição.

Nessa situação, a NBC TG 07 (R2)/2017 orienta que o valor referente a essa subvenção

- (A) deve permanecer registrado em conta específica do passivo.
- (B) deve ser registrado em reserva de lucros a distribuir, mediante cumprimento da condição.
- (C) deve ser controlado em subcontas do grupo de ajustes de avaliação patrimonial.
- (D) pode ser creditado à reserva de incentivos fiscais, a partir da conta de resultados acumulados.
- (E) pode ser registrado como outros resultados abrangentes do respectivo período.

9

Em 15/01/20x0, a Cia. T anunciou uma proposta de concessão de 1.000 opções de ações a seus empregados. O valor justo de cada opção era de R\$ 50,00. Para ter direito ao benefício, o empregado deveria permanecer na empresa por três anos (carência) a partir da outorga. Em 28/02/20x0, o sindicato realizou uma assembleia extraordinária para esclarecer os empregados sobre tal concessão de opções de ações. A proposta de concessão foi aprovada pela assembleia de acionistas em 03/03/20x0. Ao final do período de carência, 10% dos empregados havia deixado a empresa, portanto sem o cumprimento das condições da outorga.

Considerando-se as informações apresentadas e as disposições da NBC TG 10 (R3)/2017, a data de outorga das opções é

- (A) 15/01/20x0
- (B) 28/02/20x0
- (C) 03/03/20x0
- (D) 15/01/20x3
- (E) 03/03/20x3

10

Ao assumir a diretoria financeira de uma empresa de capital aberto em maio de 20x2, o diretor solicitou as demonstrações contábeis do último exercício, bem como os registros analíticos de transações que considerou relevantes. Durante a análise desse material, ele encontrou inconsistências contábeis que indicaram uma diferença material no valor de passivo com fornecedores de mercadorias (valor menor do que o real).

À luz da NBC TG 23 (R2)/2017, tais inconsistências devem ser tratadas como

- (A) alterações de política contábil e devem ser corrigidas no exercício seguinte.
- (B) erros de estimativa contábil e devem ser corrigidos prospectivamente.
- (C) erros de períodos anteriores e devem ser corrigidos retrospectivamente.
- (D) eventos subsequentes abordados em parágrafo de ênfase no relatório dos auditores.
- (E) eventos subsequentes que geram ajustes nas demonstrações contábeis.

11

A Cia. G tem ciclo operacional anual, conforme o calendário civil, e está preparando as suas demonstrações contábeis para o exercício financeiro encerrado em 31/12/20x2. Em 13/02/20x3, a gerência de contabilidade da Cia. G concluiu a minuta das demonstrações contábeis, que foi enviada para análise da diretoria da companhia. Em 26/02/20x3, a diretoria autorizou a emissão das demonstrações, que foram disponibilizadas aos acionistas no dia 28/02/20x3 e aprovadas em assembleia no dia 01/04/20x3. Em 01/03/20x3, a companhia anunciou o resultado líquido do exercício e outras informações financeiras selecionadas, e, adicionalmente, arquivou as demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários em 25/03/20x3 e as disponibilizou ao público externo em 27/03/20x3.

Considerando-se as informações apresentadas e as disposições presentes na NBC TG 24 (R2)/2017, a data de encerramento do período de eventos subsequentes é

- (A) 31/12/20x2
- (B) 26/02/20x3
- (C) 01/03/20x3
- (D) 25/03/20x3
- (E) 01/04/20x3

RASCUNHO



12

Considere que a Cia. S, uma entidade que opera no mercado de seguros, tem uma política contábil para contratos de seguro que envolve premissas excessivamente prudentes, definidas no início, e uma taxa de desconto prescrita pelo regulador sem ligação direta com as condições de mercado, além de não considerar algumas opções e garantias embutidas.

De acordo com as disposições da NBC TG 11 (R2)/2017, para que a Cia. S torne suas demonstrações contábeis mais relevantes e não menos confiáveis, ela pode alterar sua política para uma contabilização orientada para o investidor, que seja amplamente utilizada e envolva elementos como

- (A) ajustes razoáveis que assegurem a redução dos riscos financeiros identificados.
- (B) estimativas e premissas futuras, definidas no nível da entidade.
- (C) mensurações que reflitam o valor intrínseco de opções e garantias embutidas.
- (D) taxas de desconto incrementais relativas a contratos de seguro diretos.
- (E) taxas de desconto independentes do mercado corrente.

13

Considere as demonstrações contábeis a seguir da Cia. J:

Balanco Patrimonial

		20x2	20x1			20x2	20x1
ATIVO				PASSIVO			
Ativo Circulante	R\$ 470.000,00		R\$ 240.000,00	Passivo Circulante	R\$ 290.000,00		R\$ 140.000,00
Caixa e equivalentes	R\$ 10.000,00		R\$ 20.000,00	Fornecedores de mercadorias	R\$ 120.000,00		R\$ 80.000,00
Contas a receber de clientes	R\$ 160.000,00		R\$ 60.000,00	Salários a pagar	R\$ 80.000,00		R\$ 60.000,00
Estoques de mercadorias	R\$ 300.000,00		R\$ 160.000,00	Dividendos a pagar	R\$ 60.000,00		R\$ -
				Financiamentos (Imobilizado)	R\$ 30.000,00		R\$ -
Ativo Não Circulante	R\$ 250.000,00		R\$ 190.000,00				
Investimentos	R\$ 50.000,00		R\$ 50.000,00	Passivo Não Circulante			
Máquinas e equipamentos	R\$ 280.000,00		R\$ 200.000,00	Financiamentos	R\$ 50.000,00		R\$ 50.000,00
(-) Depreciação Acumulada	-R\$ 80.000,00		-R\$ 60.000,00				
				Patrimônio Líquido	R\$ 380.000,00		R\$ 240.000,00
				Capital social	R\$ 320.000,00		R\$ 200.000,00
				Reserva de Lucros	R\$ 60.000,00		R\$ 40.000,00
Total do Ativo	R\$ 720.000,00		R\$ 430.000,00	Total do Passivo	R\$ 720.000,00		R\$ 430.000,00

Demonstração do Resultado do Exercício de 20x2

Receita de vendas	R\$ 1.000.000,00
Custo das mercadorias vendidas	-R\$ 740.000,00
Lucro Bruto	R\$ 260.000,00
Despesas com salários	-R\$ 120.000,00
Despesas com depreciação	-R\$ 20.000,00
Resultado Operacional	R\$ 120.000,00
Tributos sobre o lucro	-R\$ 40.000,00
Lucro/ Prejuízo Líquido	R\$ 80.000,00

A partir da análise dos dados apresentados, em relação ao exercício de 20x2 da Cia. J, tem-se que

- (A) as atividades de investimento não afetaram o caixa no período.
- (B) as atividades operacionais reduziram as perdas com caixa no período.
- (C) o fluxo de caixa das atividades de financiamento foi negativo.
- (D) o fluxo de caixa das atividades operacionais foi negativo.
- (E) o fluxo de caixa líquido foi positivo.

14

No último trimestre de um dado exercício financeiro, uma entidade adquiriu um terreno, com a pretensão de usá-lo futuramente, mas com finalidade ainda não determinada. O contador da entidade consultou as normas aplicáveis ao tratamento desse tipo de ativo, especificamente a NBC TG 27 (R4)/2017, a NBC TG 28 (R4)/2017 e a NBC TG 31 (R4)/2017.

Considerando-se a situação apresentada e as normas consultadas, o contador concluiu que a entidade deve

- (A) registrar o terreno como propriedade para investimento.
- (B) registrar o terreno como ativo imobilizado avaliado ao custo.
- (C) registrar o terreno como ativo não circulante mantido para venda.
- (D) manter o controle administrativo da aquisição e registrar quando for definida a finalidade.
- (E) reconhecer o bem como ativo não financeiro, considerando a política definida internamente.

15

No início de um dado exercício, a Cia. N decidiu alienar um conjunto de ativos classificados no Imobilizado e, após alguns esforços que indicaram que a venda desse conjunto seria altamente provável até o final do exercício financeiro em curso, retirou-os de operação.

Para registrar essa alteração no conjunto de ativos, a Cia. N deverá, na transferência, mensurá-lo pelo

- (A) custo de reposição do conjunto de ativos em condições similares.
- (B) maior entre o custo histórico depreciado e o custo corrente.
- (C) maior entre o seu valor em uso e o valor de mercado.
- (D) menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.
- (E) valor justo na data da reclassificação.

RASCUNHO

RASCUNHO



16

A Cia. Q é uma companhia de capital aberto, com sede no Brasil, que atua no segmento de fabricação de eletrodomésticos com tecnologia robótica. Seu principal produto é um robô aspirador, que já está na segunda geração. Essa companhia oferece a seus clientes garantia por defeitos de fabricação ou por problemas de funcionamento inadequado do robô aspirador pelo período de um ano a partir da data da venda. A companhia considera que os equipamentos da 2ª geração têm um funcionamento melhor e que haverá uma redução nas garantias solicitadas pelos clientes. No início do exercício de 20x2, a Cia. Q apresentou as seguintes informações estimadas sobre as vendas e as garantias do robô aspirador:

Tipo	Unidades vendidas	Valor total das vendas (em R\$)	Custo individual com garantia (em R\$)	Estimativa de garantias
Robô aspirador 1ª geração	2.000	1.000.000,00	35,00	25% das unidades vendidas
Robô aspirador 2ª geração	10.000	9.000.000,00	45,00	10% das unidades vendidas

Considerando-se as informações da Cia. Q e as disposições da NBC TG 25 (R2)/2017, o valor, em reais, a ser reconhecido como provisão para cobertura das garantias deverá ser de

- (A) 45.000,00
- (B) 60.000,00
- (C) 62.500,00
- (D) 84.000,00
- (E) 168.000,00

17

A companhia WYZ S/A apresentou, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020, a seguinte evidenciação de sua participação societária na investida companhia PPU S/A:

Investimentos			
Participações Societárias / Coligadas			Em R\$
Companhia PPU S/A			
Valor da participação	5.350.000,00		
Ágio Rentabilidade Futura	642.000,00		
Ágio Mais Valia	<u>428.000,00</u>	6.420.000,00	

Informações apresentadas pela companhia PPU S/A:	Em R\$
Patrimônio líquido, em 31/dezembro/2020	21.400.000,00
Lucro líquido do exercício/2021	8.000.000,00
Constituição de Reservas de Lucros, em 2021	1.500.000,00

Em 2021, a PPU não

- incorporou nenhuma reserva ao capital;
- fez nenhum aumento de capital;
- fez ajustes patrimoniais nem negociou com suas próprias ações.

Adotando-se o método da equivalência patrimonial (MEP), contemplado nos itens 10 e 16 da NBC TG 18 (R3)/2017, e considerando-se, exclusivamente, as informações apresentadas e os procedimentos técnicos conceituais contábeis do MEP, o valor, em reais, dos dividendos que a Investidora WYZ terá a receber, em 2021, da Investida PPU, é de

- (A) 1.625.000,00
- (B) 1.820.000,00
- (C) 1.950.000,00
- (D) 2.000.000,00
- (E) 2.400.000,00

RASCUNHO

18

A Cia. W é uma empresa brasileira, sociedade anônima de capital aberto, que tem operações relevantes nos Estados Unidos e na Argentina.

Após preparar suas demonstrações contábeis para um determinado período, à luz da NBC TG 02 (R3)/2017, a Cia. W deve divulgar tais demonstrações

- (A) em dólares, com valores convertidos
- (B) em valores convertidos pela taxa de fechamento
- (C) na moeda funcional
- (D) na moeda de apresentação
- (E) na moeda estrangeira de maior relevância operacional

19

De acordo com os termos e os dizeres da NBC PP 01(R1)/2020, o perito contábil deve comprovar sua habilitação para o exercício das atividades profissionais por intermédio de Certidão de

- (A) Atuação Profissional, emitida pelo Poder Judiciário.
- (B) Atualização do Conhecimento, emitida por curso reconhecido pelo CFC.
- (C) Registro Profissional, emitida pelo Cadastro Nacional de Peritos Contábeis.
- (D) Registro Profissional, emitida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.
- (E) Regularidade Profissional, emitida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.

20

A NBC PP 01(R1)/2020 estabelece que o perito é o contador que detém conhecimento técnico e científico e que exerce a atividade pericial de forma pessoal ou por meio de órgão técnico ou científico.

Nesse contexto, o contador que é investido na função por lei é denominado

- (A) perito arbitral
- (B) perito oficial
- (C) perito do júzo
- (D) assistente técnico
- (E) assistente judiciário

RASCUNHO

RASCUNHO



21

Admita, para todos os fins e efeitos, que a NF S/A apresentou, no encerramento do exercício social, em 31/dezembro/2021, as seguintes informações referentes a uma máquina do seu imobilizado:

	Em R\$
Comissão estimada para vender a máquina	407.000,00
Depreciação acumulada/2021	2.078.000,00
Provisão pela desvalorização da máquina/2020	255.000,00
Reconhecimento inicial da máquina	10.390.000,00
Remoção estimada da máquina	528.000,00
Valor em uso da máquina	7.100.000,00
Valor de venda estimado da máquina	8.140.000,00

De acordo com a NBC TG 01 (R4)/2017, mais especificamente, com seus itens 18, 28 e 59, o valor, em reais, da desvalorização dessa máquina, a ser contabilizado no Balanço de 2021 pela NF S/A, é de

- (A) 324.000,00
- (B) 445.000,00
- (C) 579.000,00
- (D) 852.000,00
- (E) 1.107.000,00

22

A companhia NP S/A apresentou a seguinte evidenciação de uma máquina em uso no Balanço Patrimonial, encerrado em 31/dezembro/2020:

ATIVO NÃO CIRCULANTE	Em R\$	
Imobilizado		
Máquina	5.000.000,00	
(-) Depreciação acumulada/2020	(1.093.750,00)	
(-) Provisão para perda, por desvalorização	<u>(500.000,00)</u>	3.406.250,00

Informações adicionais apresentadas pela NP S/A, referentes, exclusivamente, a essa máquina:

- Vida útil da máquina, conforme tabela da Secretaria da Receita Federal: 10 anos
- Estimativa de venda da máquina em um mercado cativo: R\$ 1.500.000,00
- Prática da companhia na substituição do imobilizado: 8 anos
- A companhia faz a depreciação do imobilizado pelo método linear.
- Em 2021, a máquina operou normalmente no regime de turno único, não havendo qualquer ajuste no valor inicial do reconhecimento da máquina.

Considerando-se exclusivamente as informações apresentadas e os dizeres da NBC TG 27 (R4)/2017 - Ativo Imobilizado, a depreciação, em reais, dessa máquina, em 2021, foi de

- (A) 350.000,00
- (B) 375.000,00
- (C) 437.500,00
- (D) 500.000,00
- (E) 625.000,00

RASCUNHO

23

A NBC TP 01 (R1)/2020, que dá nova redação à NBC TP 01, estabelece que os procedimentos periciais contábeis objetivam fundamentar o laudo pericial.

Dentre esses procedimentos, aquele que busca constatar o que está oculto por quaisquer circunstâncias é o da

- (A) avaliação
- (B) indagação
- (C) investigação
- (D) mensuração
- (E) testabilidade

24

De acordo com o estabelecido na NBC TP 01 (R1), a perícia extrajudicial é exercida no âmbito

- (A) estatal, operacional ou voluntária
- (B) administrativo, arbitral ou operacional
- (C) arbitral, estatal ou voluntária
- (D) administrativo, arbitral ou estatal
- (E) administrativo, operacional ou voluntária

25

O perito nomeado para uma perícia judicial, sentindo-se ofendido por termos considerados injuriosos, escritos pelos advogados das partes, requereu ao Meritíssimo Juiz da lide que tais termos fossem riscados dos autos, uma vez que eles lhe eram ofensivos.

Nos restritos termos da NBC PP 01 (R1), esse requerimento do perito judicial, pleiteando que os termos injuriosos sejam retirados do processo, indica que

- (A) nenhuma outra medida, envolvendo esses termos, pode ser adotada pelo perito.
- (B) com essa reparação o perito concorda em ficar silente sobre essas injúrias.
- (C) ainda cabe ao perito fazer representação no Conselho Regional de Contabilidade.
- (D) outras medidas podem ser pleiteadas pelo perito, limitadas, entretanto, à ordem civil.
- (E) o requerimento do perito não impede outras medidas na área administrativa, civil ou criminal.

RASCUNHO

RASCUNHO



QUESTÕES DISSERTATIVAS

Questão nº 26

No contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, uma série de procedimentos tem desafiado os profissionais contábeis desse setor. Tais profissionais são requeridos a ir além da conformidade legal e a enveredar esforços para gerar informações alinhadas àquelas produzidas pelas empresas privadas. Um dos pilares mais desafiadores do processo do reconhecimento contábil de elementos patrimoniais é a sua mensuração, que precisa ser apropriada e gerar informação útil para os diversos usuários. No setor público, esse pilar se torna ainda mais desafiador, em decorrência do pouco enfoque historicamente atribuído ao controle patrimonial.

A partir do contexto apresentado e à luz da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, elabore um texto, de 15 a 30 linhas, abordando:

- o objetivo da mensuração no âmbito das entidades do setor público;
- as bases de mensuração para os ativos, em termos de valores de entrada e de saída, com exemplo de cada um desses valores;
- as bases de mensuração para os passivos, em termos de valores de entrada e de saída, com exemplo de cada um desses valores;
- duas características qualitativas da informação contábil que são diretamente afetadas pelas escolhas contábeis para mensuração de elementos patrimoniais, explicando-as.

(Valor: 25,0 pontos)

RASCUNHO

(Continua)

(Continuação da questão nº 26)

RASCUNHO



Questão nº 27

A despeito do período decorrido do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, a definição do valor justo de um ativo ou conjunto de ativos ainda segue sendo um desafio para as empresas em decorrência da subjetividade e da crescente complexidade das transações. A NBC TG 46 (R2)/2017 conceitua o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado. Para operacionalizar a aplicação prática deste conceito, essa norma dispõe de abordagens e orientações para tornar o processo de mensuração mais compreensível, consistente e comparável.

No contexto das disposições apresentadas na NBC TG 46 (R2)/2017, para mensuração do valor justo, elabore um texto, de 15 a 30 linhas, abordando como tal norma auxilia na operacionalização dessa mensuração, explicando:

- as três abordagens de avaliação e um exemplo de técnica (ou método) para cada;
- quando é apropriado a uma entidade alterar uma técnica (ou abordagem) de avaliação do valor justo e como essa alteração deve ser tratada contabilmente;
- os três níveis de informações que compõem a hierarquia de valor justo, com um exemplo de tipo de informação para cada nível.

(Valor: 25,0 pontos)

RASCUNHO

(Continua)

(Continuação da questão nº 27)

RASCUNHO